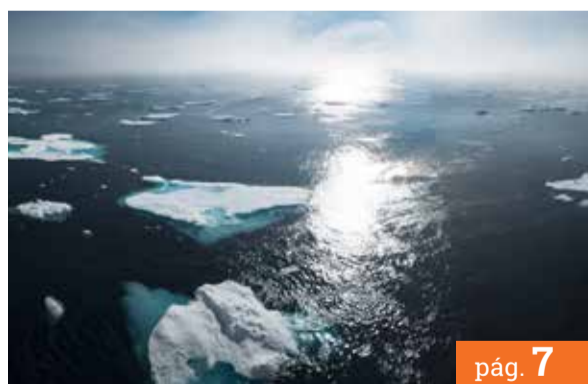


PSD DISPONÍVEL PARA APOIAR MEDIDAS MAIS DRÁSTICAS



Rui Rio concorda com um agravamento das medidas para travar o número de contágios por covid-19. O Presidente do PSD revelou que não serão colocados quaisquer “obstáculos jurídicos”, caso Governo pretenda antecipar algumas medidas mais robustas que irão entrar em vigor com o estado de emergência



pág. 7

PARLAMENTO

PSD APRESENTA PROJETO DE LEI DE BASES DO CLIMA

O PSD apresentou um projeto de Lei de Bases do Clima que procura dar uma resposta concreta e objetiva aos grandes desafios que enfrentamos nesta matéria, complementando o quadro legal ambiental vigente

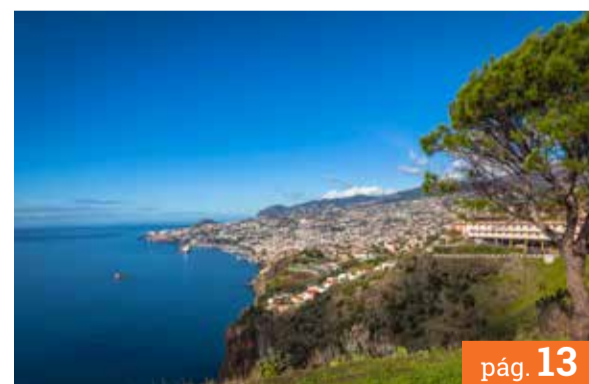


pág. 10

LOCAIS

CAOS NA URGÊNCIA DOS HOSPITAIS DE SETÚBAL

A distrital do PSD de Setúbal alerta para a falta de capacidade de resposta e caos na urgência dos hospitais de Setúbal, face ao agravamento da pandemia de covid-19 e ao desinvestimento do Governo no SNS



pág. 13

REGIONAIS

MADEIRA COM RECOLHER OBRIGATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA ENTRE AS 19H00 E AS 05H00

O Governo da Madeira aprovou, dia 11, o recolher obrigatório de segunda a sexta-feira entre 19h00 e as 05h00 e a suspensão das aulas presenciais no 3.º ciclo e no secundário entre 13 e 31 de janeiro



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

O SEGUNDO MILAGRE

Quando Portugal se prepara, de novo, para entrar em confinamento geral, há questões que merecem ponderação, o que, aliás, deve ser feito no quadro do escrutínio democrático da ação governativa.

Todos lamentamos que o país tenha de entrar, pela segunda vez, em "lockout", para achatar a curva de infetados, evitar a perda de mais vidas e diminuir a pressão sobre o Serviço Nacional de Saúde. Mas, a verdade é que o Governo teve nove meses para aprender com os erros, antecipar soluções e reforçar a capacidade de resposta do SNS e, ainda assim, o país desembocou numa situação mais grave do que aquela que tivemos no auge da primeira vaga, em abril do ano passado.

Nos últimos sete dias, foram registadas tantas infeções – quase 60.000 – quanto o número de novos casos registados entre março e setembro passado.

Perante este aumento exponencial, a primeira conclusão que, está à vista de todos, é que o Governo falhou. O Governo claudicou na planificação, ou melhor, a falta dela, nomeadamente o Ministério da Saúde, no que concerne a quem está na linha frente e, em particular, com os profissionais de saúde, que, todos os dias, põem em risco a sua própria vida para salvar a nossa.

Estranhamente, o mesmo Governo que em março garantia que ia ficar tudo bem, que em agosto garantia que o SNS estava mais e mais bem preparado para a segunda vaga, que antes do Natal garantia que, com a vacina a caminho, os nossos problemas com a pandemia estavam resolvidos. Porém, todos sabemos que os efeitos positivos da vacinação, designadamente a imunidade em grupo, não terá resultados práticos antes do verão.

Portanto, neste particular, os factos desmentem categoricamente a realidade distante das palavras irrimediavelmente otimistas dos nossos governantes. O Governo diz que, entretanto, comprou ventiladores suficientes, mas nos hospitais não há camas para internamento. O Governo determinou a aquisição de mais equipamentos de proteção, mas os médicos e enfermeiros estão exaustos, porque continuam obrigados a assegurar turnos de mais de 20 horas.

Em plena terceira vaga, há hospitais do Sul a transferirem doentes para hospitais do Norte, internados nos corredores, unidades de cuidados intensivos à beira da rutura, estabelecimentos sem meios adequados, milhares de doentes não-covid com consultas e cirurgias adiadas. Parece mais que óbvio que falar de mais de 10, 20 ou 50 casos diários não é o mesmo que reportar 4, 6 ou 10 mil infetados. E que tem a dizer o Governo sobre as garantias que deu? Não assume as suas responsabilidades?

Era expectável que os casos aumentassem com a abertura concedida na quadra natalícia, mas é absolutamente inaceitável que o Governo não tenha desenvolvido e implementado um plano de ação adequado para combater uma nova vaga, com esta dimensão. Os especialistas de saúde, as ordens profissionais e os diretores hospitalares são unânimes, primeiro nos avisos e agora na análise, emitindo opiniões demolidoras e ao detalhe sobre a falta de planificação do Governo. E é quase anedótica a tentativa de o Primeiro-Ministro querer imputar responsabilidades aos partidos da oposição os erros que cometeu e as más decisões que o Executivo tomou.

Já sabemos que o "uso de máscara, distanciamento social e lavagem de mãos" terá de continuar a ser a mensagem e o procedimento para os próximos meses. Mas ao Estado incumbe um dever maior. Onde estão os hospitais de campanha montados na primeira vaga? Por que demora o Governo a recorrer à requisição civil, quando os hospitais privados divulgaram que têm 880 camas disponíveis para doentes do SNS, 80 das quais para doentes com covid-19? Por que motivo as Forças Armadas não são chamadas a participar nesta frente de guerra que mata todos os dias, mais de uma centena de portugueses?

Até na administração de vacinas reina uma completa desorientação do Governo. A página oficial que o Governo utiliza para o efeito não apresenta informação em tempo real. É apenas disponibilizado um gráfico estático com o número de vacinas administradas – 70 mil, em 8 de janeiro – quando o Estado poderia e deveria divulgar um conjunto de informações úteis, como por exemplo, o cronograma com as próximas etapas, o número de vacinas por ARS, ou os grupos-alvo já imunizados. O mesmo Governo que se vangloria a exibir os avanços do SIMPLEX, em pleno cenário de pandemia, derrete-se numa página web, com informação desatualizada e inútil. Não fora o processo de vacinação ser decidido e liderado pela Comissão Europeia e, com toda a probabilidade, ainda nem sequer teríamos um único lote de vacinas ministrado.

Portugal vai confinar, de novo, mas não temos um único motivo para confiar num Executivo que nos deixa à mercê do nosso próprio destino. A pandemia mostra o pior do Governo que, em vez de um Conselho de Ministros, tem um Conselho de Resignados. Acreditar na missão governativa para combater a pandemia é o mesmo que crer no milagre da primeira vaga, para nos salvar da pandemia. Mas o milagre, que afinal não existiu, também não vai acontecer agora. E, mais grave que isso, estamos a caminho do pior ano do século, no índice de mortalidade.

COVID-19

PSD DISPONÍVEL MAIS DRÁSTICO



Rui Rio concorda com um agravamento das medidas para travar o número de contágios por covid-19. O Presidente do PSD revelou que não serão colocados quaisquer "obstáculos jurídicos", caso Governo pretenda antecipar algumas medidas mais robustas.

Rui Rio, que falava após uma audiência com o Primeiro-Ministro, esta sexta-feira, antevê um confinamento em moldes idênticos ao que vigorou em abril do ano passado, mas com a manutenção das escolas abertas. Neste ponto, Rui Rio diz aguardar pela reunião de terça-feira com epidemiologistas, no Infarmed, em Lisboa, para ouvir a fundamentação técnica em relação a essa ideia de continuidade das aulas presenciais.

"O número de casos de infetados e de mortos têm atingido recordes. Isso aponta para medidas mais drásticas para travar a pandemia. Se os números estiverem assim nos próximos dias, num patamar de dez mil infetados, teremos de travar os contactos entre as pessoas e, portanto, teremos provavelmente no país um confinamento muito mais apertado", observou o Presidente do PSD.

Rui Rio espera também "um planeamento adequado" na questão da vacinação, de forma a evitar que Portugal venha a ter "uma situação mais complicada do que aquela que estamos a viver agora". "Se me perguntar que há algum pecado do ponto de vista de ausência do planeamento, eu dir-lhe-ia que sim. (...) A situação é muito grave", apontou.

Nesse sentido, Rui Rio frisou que o PSD, do ponto de vista político, "estará disponível para votar esse estado de emergência e para suportar também as medidas que defendem a saúde pública, com as atenuantes possíveis, tendo

EL PARA APOIAR MEDIDAS AS



em vista o drama económico que representa fechar outra vez, fortemente o país por mais duas, três ou quatro semanas”.

Sobre as eleições presidenciais que decorrem no atual contexto de pandemia, Rui Rio admite que se os candidatos presidenciais, se assim o entenderem, o PSD está disponível para “conversar” de forma a que as eleições possam ser adiadas. “Se entre os candidatos houver unanimidade de que, independentemente destas circunstâncias, se sentem confortáveis para haver eleições, não tenho nada a dizer. Mas, se houver candidatos que entendem que não podem fazer campanha eleitoral minimamente e, ainda por cima, no dia das eleições há confinamento, então, naturalmente, caso essa questão seja levantada, o PSD estará disponível em sede de Assembleia da República para procurar encontrar um consenso no sentido do adiamento”, referiu.

Rui Rio precisou que não será o PSD a levantar a questão do eventual adiamento das eleições presidenciais, “mas se os candidatos assim o sentirem pode-se ver” a questão. “Há constrangimentos constitucionais pesados, eu sei. Mas, havendo consenso e bom senso, obviamente, tudo se resolve”, alegou.

ALUNOS DO ENSINO SECUNDÁRIO E DO SUPERIOR NÃO DEVERIAM TER AULAS PRESENCIAIS

Na sequência da audiência que teve através de meios digitais com o Presidente da República, o líder do PSD considerou que Portugal se depara com “uma situação muito grave” na evolução da pandemia de covid-19. Rui Rio, que participou na sessão do Infarmed por videoconferência, defende que deveriam manter-se em ensino presencial os alunos até ao 6.º ano de escolaridade.

“O PSD vai, obviamente, continuar a apoiar o estado de emergência. Não há espaço para cálculos partidários. Só há espaço para os portugueses se unirem e combaterem este inimigo comum, que está a matar portugueses e está a matar a economia”, especificou.

Numa mensagem gravada, Rui Rio afirmou que “o país tem de tomar medidas e não pode continuar como até aqui, sob pena de multiplicarmos os infetados e, pior de tudo, os óbitos”.

Para o Presidente do PSD, a questão das aulas presenciais “é nevrálgica” no próximo estado de emergência e, recorrendo ao que ouviu na reunião do Infarmed, apontou que “os especialistas são unânimes em dizer que nas idades mais jovens não há problema”, situando este universo até às crianças de 12 anos, que cumprem até ao sexto ano de escolaridade, defendendo que deverão continuar em ensino presencial.

“Para mim, é evidente que o secundário não deve ter [aulas presenciais] e que o superior também não deve ter, só deve ter para exames, uma vez que estamos na transição de um semestre para outro, porque os exames têm de ser feitos, senão o caos ainda é maior”, explicou.

A “zona cinzenta”, considerou, situa-se entre o universo dos alunos do 7.º, 8.º e 9.º anos. “Do ponto de vista sanitário, tudo aconselharia a que esses também não tivessem aulas presenciais (...), parece-me que seria mais prudente que também não tivessem aulas presenciais agora durante o próximo estado de emergência”, apontou.

O Parlamento debate e vota esta quarta-feira o pedido de autorização de renovação do estado de emergência.

RUI RIO DEFENDE “AFINAÇÃO” DE MEDIDAS DO ESTADO DE EMERGÊNCIA



Rui Rio diz que o PSD continuará a votar favoravelmente eventuais renovações do estado de emergência, mas defende o ajustamento de algumas medidas e a melhoria da resposta do Serviço Nacional de Saúde. “Eu acho que algumas medidas deveriam ser ajustadas. Nós temos votado a favor do estado de emergência, e continuaremos a votar por uma razão muito simples”, afirmou.

Numa sessão “online” sobre os desafios de 2021, organizada pela JSD, o Presidente do PSD explicou que “aquilo que taticamente dava mais jeito”, em termos partidários, seria uma abstenção ou o voto contra, mas defende que essa não é a “forma mais honesta de estar nisto”.

Rui Rio reconhece que o “país precisa da legislação do estado de emergência para o Governo poder tomar as medidas de combate à pandemia”, porque esse é “o primeiro objetivo do país neste momento”. “Uma coisa é estarmos ou não estarmos de acordo com as medidas todas do Governo, isso é uma coisa, outra coisa é nós não darmos ao Governo os instrumentos que um Governo, seja ele qual for, precisa para combater a pandemia, que é o nosso inimigo comum”, acrescentou.

Relativamente às medidas que devem ser afinadas, Rui Rio entende, por exemplo, que o recolhimento a partir das 13h00 aos fins de semana tem provocado “aglomerados brutais de pessoas” à porta dos estabelecimentos comerciais. “Essa afinação tem de ser feita, não para as pessoas ficarem menos saturadas, infelizmente não pode ser esse o objetivo, tomáramos nós, mas para não haver é tantas aglomerações, para conseguirmos aquilo que se pretende conseguir”, ressaltou.

Outro aspeto que o Governo tem de melhorar “é a resposta do Serviço Nacional de Saúde”. O Presidente do PSD alerta que a “taxa de mortalidade em Portugal subiu

brutalmente” em 2020. Para o Presidente do PSD, estes índices de mortalidade “derivam muito da fraca resposta do Serviço Nacional de Saúde”, não tendo sido realizadas nos hospitais públicos “milhões de consultas e milhares de cirurgias”.

Além do combate à pandemia, o Presidente do PSD aponta a retoma da economia como outro dos grandes desafios de Portugal para este ano, o que passa “em primeira linha pelas empresas”, além de reformas estruturais, da TAP e do Novo Banco.

No que toca à presidência portuguesa da União Europeia, Rui Rio defende que o caso do homicídio do cidadão ucraniano nas instalações do SEF e a polémica em torno da nomeação de José Guerra para procurador europeu “abalam a credibilidade de Portugal” e “fragilizam o Governo”.

O líder do PSD considera que a presidência portuguesa será também marcada pelo combate à pandemia e relançamento económico, que passa pelos fundos europeus, mas destacou igualmente a cimeira com a Índia e as relações com África, tendo considerado que esta é uma oportunidade para manifestar solidariedade para com Moçambique, que tem sido alvo de ataques terroristas.

ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS SÃO “MUITO IMPORTANTES PARA O PSD”

O Presidente do PSD elege as eleições autárquicas como o maior desafio deste ano para o partido, e estabeleceu como objetivo aumentar o número de eleitos. “O grande desafio partidário de 2021, e é mesmo um desafio muito, muito grande, são as autárquicas”, que “são muito importantes para o futuro do PSD e do regime em Portugal”, salientou.

Rui Rio assinala que “aquilo que determina a implantação de um partido na sociedade é fundamentalmente através das autárquicas”, pelo que o PSD “quer subir substancialmente” e contrariar as “quebras eleitorais” ocorridas em 2013 e 2017. O PSD pretende sobretudo “reforçar” “fundamentalmente em número de eleitos”, especialmente vereadores. “O que está em causa em 2021 é nós tentarmos ganhar o Porto, Lisboa, Gaia, tudo, tentarmos ganhar com certeza, mas o mais importante é nós reforçarmos fortemente a nossa implantação”, acrescentou.

Instado pelo presidente da JSD, Alexandre Poço, a revelar o nome de alguns dos candidatos autárquicos, Rui Rio adiantou que Ricardo Rio será recandidato a mais um mandato enquanto presidente da Câmara Municipal de Braga.

Sobre as eleições presidenciais de 24 de janeiro, Rui Rio estima que não será “aparentemente um grande desafio”, uma vez que o atual Presidente da República, que é apoiado pelo PSD, “parece que vai ganhar, e que ganha à primeira volta”.

Outro dos objetivos do PSD para 2021 passa pela descentralização do Conselho Estratégico Nacional (CEN) do PSD, desiderato que tem sido dificultado pela pandemia. “O Conselho Estratégico tem outra vertente, que é aquela que constitui a novidade, importante até para o regime: é a implantação territorial do CEN. (...) É termos o CEN em todos os distritos a funcionar, aberto aos militantes e independentes, o que nos permite ter uma militância completamente diferente daquilo que ela hoje é, e chamar à participação política por via dos que as pessoas mais sabem e mais gostem”, observou.

COMUNICADO DA COMISSÃO POLÍTICA PERMANENTE DO PSD

A Comissão Política Permanente do PSD, reunida no dia 7 de janeiro de 2021, analisou as graves declarações proferidas pelo Primeiro-Ministro, que obrigam a imediata tomada de posição:

1. O Primeiro-Ministro, em declarações públicas, afirmou hoje a existência de uma campanha internacional organizada com o objetivo de prejudicar a imagem e o nome de Portugal na cena internacional. Mais grave, apontou como líderes dessa campanha os nossos companheiros Paulo Rangel e Miguel Poiães Maduro.

E, em claro desespero, estendeu a intenção de prejudicar o nosso País ao nosso companheiro Ricardo Baptista Leite, este “na vertente sanitária”.

2. As declarações de António Costa, ao afirmar a existência de uma campanha contra o nosso País, sem justificação ou fundamentação, revelam sem margem para dúvida um exercício delirante e inaceitável das funções de Primeiro-Ministro.

3. A acusação individualizada (repete-se, sem qualquer fundamento) de três destacados militantes do PSD, agrava essa irresponsabilidade e justifica a apresentação de uma queixa crime contra o Primeiro-Ministro, junto do Ministério Público.

4. Estas declarações visam apenas desviar as atenções do real problema, que consiste numa grave conduta da Sra. Ministra da Justiça, ao mentir, em diversas circunstâncias, sobre o dossier de nomeação do representante português na Procuradoria Europeia; e da cumplicidade do Sr. Primeiro-Ministro ao não a demitir e, assim, lhe garantir um apoio político, que demonstra que a mentira é matéria que, em nada, o incomoda.



Lei de Bases do Clima

“Propomos ao Parlamento a criação de um Conselho para a Ação Climática, algo parecido a um Conselho de Finanças Públicas para o Clima”

Adão Silva, presidente GPPSD

RICARDO BAPTISTA LEITE

“NÃO PODEMOS COMBATER UMA PANDEMIA EM 2021 COM AS RECEITAS DE 2020”



Ricardo Baptista Leite alerta que Portugal vive uma “situação dramática” no combate à pandemia de covid-19. “Estamos a viver um momento que resultará, potencialmente, com base nas estimativas apresentadas, 12 mil mortes no próximo mês, somando todos os óbitos por covid-19. Quando olhamos para os cuidados intensivos, podemos atingir um número máximo de 700 camas ocupadas, com uma taxa de ocupação de 60% só com covid, o que significa que as pessoas com outras doenças poderão ver a sua situação dificultada no acesso aos cuidados de saúde”, afirmou.

O vice-Presidente do grupo parlamentar do PSD, que falava à saída da reunião com especialistas no Infarmed, dia 12, considera que o Governo “falhou na preparação do inverno e no aliviar das medidas do Natal”. “Não podemos continuar a combater uma pandemia em 2021 com as receitas de 2020. O PSD está do lado das soluções, procurando apoiar o estado de emergência, mas apelamos a que se faça mais”, frisou.

Ricardo Baptista Leite recorda que o Conselho Estratégico Nacional do PSD apresentou, dia 11 de novembro, um conjunto de medidas que propõem “uma mudança radical na abordagem à covid-19”, como a testagem massiva, proativa e sistemática da população para SARS-CoV-2 e o isolamento das pessoas com infeção e os seus contactos. “Se não mudarmos de estratégia, rapidamente, depois deste confinamento, ao levantar as medidas restritivas, voltamos a ter um risco de aumento de casos”, assinalou.

O deputado do PSD sublinha que, no caso dos cuidados intensivos, “os profissionais estão absolutamente esgotados”, “não se inventam”, pelo que não adianta estar a “confinar e desconfinar, destruindo o nosso tecido económico, com impactos sociais para todos”.

Ricardo Baptista Leite defende uma “maior capacidade de intervenção do Governo”, mas continuar a “ignorar um conjunto de avisos, de especialistas e do PSD vai custar vidas”. “A situação está descontrolada. [Os especialistas] Só conhecem a ligação epidemiológica em 13% dos casos. Em 87% dos casos não sabe onde é que as pessoas foram infetadas. Temos de garantir que a pandemia não se volta a descontrolar”, reiterou.

Sobre o plano de vacinação, o vice-Presidente do grupo parlamentar do PSD avisa que “aquilo que o preocupa” é saber se “estamos a vacinar as pessoas certas na ordem certa para garantir o maior impacto possível”. “Se há uma escassez de vacinas, a ordem pela qual vacinamos significa que podemos ter uma maior ou menor mortalidade resultante dessa vacinação. Países como a Holanda e a Alemanha criaram modelos matemáticos para calcular como extraímos uma maior capacidade dessas vacinas”, explicou.

Rui Rio participou na reunião por videoconferência, na qualidade de conselheiro de Estado.

COVID-19

“SITE” DE MONITORIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DAS VACINAS É “TOTALMENTE INÚTIL”

Os deputados do PSD criticam a página da Internet que o Governo anunciou para divulgar a administração das vacinas anti-covid em Portugal.

Numa pergunta à ministra da Saúde, esta segunda-feira, o PSD considera que a informação disponibilizada “não constituiu uma ferramenta de monitorização de administração de vacinas no país, conforme foi anunciada pelo Governo, sendo, como se encontra, totalmente inútil, na medida em que não disponibiliza informação de carácter relevante, como: a) qual o número de pessoas vacinadas por grupos de risco, b) quantas pessoas foram vacinadas por região / concelho, c) quantas vacinas estão a ser ministradas, em média, por dia, d) quantos postos de vacinação estão ativos, e) quantos profissionais estão alocados a esta função, em tempo parcial e em exclusividade, e f) qual o número de vacinas a ser distribuídas por fornecedor em território nacional”.



“No sítio indicado pela tutela – em <https://www.sns.gov.pt/monitorizacao-do-sns/vacinas-covid-19/> – encontra-se um quadro estanque indicando como 70.000 o ‘número de vacinas administradas’, com a data de atualização de 08.janeiro.2021, não estando disponível mais nenhuma informação”, apontam os deputados.

Os deputados alertam para a importância no acesso público a estas informações, “absolutamente essenciais para uma efetiva monitorização do processo de vacinação, podendo ainda dar uma sustentação importante a medidas futuras de combate à pandemia que possam vir a ter de ser tomadas, nomeadamente circunscritas a grupos e/ou regiões”.

O PSD solicita à ministra da Saúde que “disponibilize a informação supracitada na plataforma de monitorização anunciada, preferencialmente, com uma periodicidade de atualização menor do que a proposta”.

PSD APRESENTA PROJETO DE LEI DE BASES DO CLIMA



O PSD apresentou um projeto de Lei de Bases do Clima que procura dar uma resposta concreta e objetiva aos grandes desafios que enfrentamos nesta matéria, complementando o quadro legal ambiental vigente em Portugal e que inclui os sectores da água, saneamento e resíduos, energia, ar, ruído, litoral e biodiversidade.

No debate no Parlamento, Luís Leite Ramos afirmou que esta é uma Lei de Bases que “propõe um quadro jurídico de base da política do clima e que prevê mecanismos e instrumentos de resposta urgente e eficaz às alterações climáticas e que garanta a distribuição equitativa dos custos e dos benefícios que decorram da aplicação das soluções que vierem a ser implementadas”.

De acordo com o vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, o projeto dos sociais-democratas visa promover uma transição, justa e sustentada, para uma economia competitiva, sustentável e circular, neutra em carbono e promotora do crescimento verde inclusivo; contribuir para a coesão social e territorial; reforçar a participação e capacitação dos setores público e privado e dos cidadãos para a ação climática; a investigação e a inovação em matéria climática; a eficácia, a clareza e a transparência dos sistemas de informação, reporte e monitorização.

O PSD defende ainda, adianta Leite Ramos, a criação de um Conselho para a Ação Climática, um órgão independente do poder político, dedicado à análise e avaliação das alterações climáticas e da política do clima e sujeito a obrigações de reporte perante a Assembleia da República. “A prestação de contas, a transparência, a capacidade de report são fatores determinantes para o sucesso da mudança necessária”, frisou.

O deputado declarou que “a futura Lei de Bases do Clima tem de ser um contrato entre todos, que coloque o país em primeiro lugar e que resulte da discussão e negociação francas entre todas as forças políticas”.

No arranque do debate, Hugo Carvalho enfatizou que a “Lei de Bases do Clima tem de ser um ponto de viragem”. O deputado sublinhou que o PSD tem estado comprometido no combate às alterações climáticas e afirmou que esta Lei não pode ser um conjunto de mais regras para impor às pessoas e às empresas para depois as deixar sem alternativa. “Tem de ser um ponto de viragem importante para uma economia diferente, intergeracional, que transforme o investimento, que associe a sustentabilidade ao preço e mecanismos de reporte e de transparência”.

Já Nuno Carvalho alertou para o relatório do Tribunal de Contas sobre as compras públicas ecológicas que revela que as metas não foram atingidas. Para o parlamentar, é crucial a implementação de uma economia circular, proposta que consta da Lei de Bases do PSD, que permita a redução dos resíduos produzidos. “É fundamental que o governo mude o rumo e cumpra este objetivo”, afirmou.

A terminar, Paulo Leitão afirmou que “na luta contras as alterações climáticas não nos podemos dar ao luxo de prescindir de armas eficazes”. O parlamentar afirmou que são cada vez mais necessárias soluções que permitam regular o caudal dos rios, adiantando Paulo Leitão que é preocupante a falta de adoção de medidas para mitigar o impacto das cheias.

INCÊNDIOS DE 2017

PSD ENVIA 50 PERGUNTAS AO PRIMEIRO-MINISTRO SOBRE APOIOS AO PINHAL

Na semana em que terminam as audições presenciais da Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à atuação do Estado na atribuição de apoios na sequência dos incêndios de 2017 na zona do Pinhal Interior, o grupo parlamentar do PSD acaba de remeter 50 perguntas ao Primeiro-Ministro, que, segundo o Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, goza da prerrogativa de depor por escrito.

Uma das questões principais prende-se com a criação do Fundo Revita, apoio destinado às populações e à revitalização das áreas afetadas pelos fogos.

“O Governo irá garantir a cobertura do apoio à reconstrução das casas de segunda habitação ou habitação não permanente, pelo Fundo Revita, considerando a enorme importância que as mesmas têm para a economia local?”, questiona o PSD.

Os deputados querem também conhecer quantas “construções ficaram de fora do Fundo Revita e cujo processo de reconstrução ficou à responsabilidade de outras instituições”, assim como “quem definiu as orientações para essas construções que ficaram de fora do Fundo Revita e foram apoiadas por outras entidades”.

António Costa dispõe agora de 10 dias para enviar o seu depoimento à Comissão, requerida potestativamente pelo PSD em março de 2020, e cuja última audição, a 32ª, está agendada para esta quarta-feira, com a atual ministra da Coesão, a ser ouvida na qualidade de Presidente da CCDR Centro à data dos incêndios.

Entre os depoentes já ouvidos no âmbito dos trabalhos da comissão encontram-se Luís Capoulas Santos, ex-ministro da Agricultura, Pedro Marques, ex-ministro do Planeamento e das Infraestruturas, a Provedora de Justiça, Maria Lúcia Amaral, representantes do Conselho de Gestão e da Comissão Técnica do Fundo Revita, associações de vítimas, representantes dos agricultores (CNA), e atuais e ex-autarcas dos concelhos de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos.

Após o encerramento da fase de depoimentos, seguir-se-á a fase de elaboração do relatório, da responsabilidade do deputado relator Jorge Paulo Oliveira.



Na mensagem de Natal de 2017, o Governo comprometeu-se a “fazer tudo o que tem de ser feito para prevenir e evitar naquilo, que é humanamente possível, tragédias como a que vivemos”. “Melhorando a prevenção, o alerta, o socorro, a capacidade de combater as chamas. Mas, sobretudo, concentrando-nos com persistência no que exige o tempo, mas que é o mais decisivo e estrutural: a revitalização do interior e o reordenamento da floresta”.

O PSD quer saber o que foi feito até ao momento.

PSD INSISTE NO APURAMENTO DE RESPONSABILIDADES DO SURTO DE LEGIONELLA NO DISTRITO DO PORTO



O grupo parlamentar do PSD entregou, dia 6 de janeiro, um requerimento para que sejam ouvidos na Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, em audição conjunta com a Comissão de Saúde e com caráter de urgência, a Direção-Geral da Saúde (DGS), do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA), da Autoridade Regional de Saúde Norte (ARS-N), da Inspeção-geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT) e da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) no âmbito do surto de legionella no distrito do Porto, identificado no passado dia 29 de outubro.

“Desde a identificação do primeiro caso, muitas têm sido as perguntas e as não respostas do Governo sobre este surto. Ao longo destes já quase dois meses, sabe-se apenas que houve oportunidades perdidas para identificar a sua origem e, consequentemente, de o poder controlar. Na ausência de informação concreta por parte das autoridades competentes, a comunicação social tem relatado denúncias do tempo que estas demoraram a encetar medidas neste cenário, possibilitando, inclusive, que potenciais fontes de contaminação – como torres de refrigeração – fossem limpas antes que qualquer ação inspetiva pudesse proceder às análises necessárias”, defende o requerimento do PSD.

Os deputados social-democratas consideram que “numa altura em que o país e o mundo enfrentam uma pandemia única na história da Humanidade, é determinante que as autoridades tenham a capacidade de agir prontamente e de forma eficaz e esclarecedora. Recorde-se que, em 2014, aquando o surto de legionella – que durou 14 dias – em Vila Franca de Xira, foi constituído um grupo de trabalho multidisciplinar no dia imediatamente a seguir à identificação do primeiro caso. Um grupo de trabalho que reuniu autoridades da saúde e do ambiente e que, além de agir prontamente de forma a identificar e controlar o surto, produziu relatórios periódicos sobre a evolução dos trabalhos, aportando transparência, segurança e confiança ao trabalho desenvolvido”.

“É, portanto, mais que oportuno, urgente, perceber o que foi, o que está a ser e o que ainda pode ser feito para controlar o surto atual e – também e não menos importante – o que vão as autoridades fazer para assegurar que esta seja uma realidade cada vez menos possível”, concluem.

Mais de dois meses depois do surto de legionella que vitimou 14 pessoas nos concelhos de Matosinhos, Vila do Conde e da Póvoa de Varzim, ainda há poucas certezas quanto ao que se passou.

TRIBUNAL DA CONCORRÊNCIA FUNCIONA EM CONDIÇÕES PRECÁRIAS



O grupo parlamentar do PSD acaba de dirigir uma pergunta à ministra da Justiça sobre a falta de condições no Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão, em Santarém. Na pergunta a Francisca Van Dunem, o PSD refere que “notícias recentes dão conta da falta de condições no Tribunal de Concorrência, Regulação e Supervisão, que apenas tem uma sala para a realização de julgamentos, que ainda por cima é exígua e é partilhada pelas três magistradas que compõem esse tribunal de competência especializada, o que tem causado sérios problemas e graves constrangimentos na realização de julgamentos, colocando em risco de prescrição processos que envolvem milhões de euros, com grave prejuízo para o Estado português”.

“Este é um assunto que o PSD tem acompanhado de perto, pois, ainda no último debate na especialidade do Orçamento do Estado (OE 2021), a senhora Ministra da Justiça foi questionada pelo PSD sobre a construção do Palácio da Justiça 3, na antiga Escola Prática de Cavalaria de Santarém, que permitiria resolver os problemas de espaço nomeadamente do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão, obra esta cuja urgência na sua concretização foi salientada pela Senhora Ministra da Justiça, em plena campanha eleitoral das últimas eleições legislativas, numa visita a Santarém”, afirmam.

Para os deputados social-democratas, “esta situação grave, agudizada pela pandemia que atualmente vivemos, já será do pleno conhecimento do Ministério da Justiça, mas, até ao momento, não terá sido ainda apresentada, por parte do Governo, qualquer resposta que permita ultrapassar estes obstáculos”.

O PSD defende “que sejam urgentemente dadas condições condignas para que este tribunal possa exercer cabalmente a sua função, com a dignidade própria que os órgãos de soberania merecem”.

O PSD questiona:

1. *Que medidas estão a ser preparadas pelo Governo para dar uma resposta imediata à manifesta falta de condições no Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão?*
2. *Quando é que tais medidas serão postas em prática?*
3. *Qual o ponto de situação em relação ao projeto de construção do Palácio da Justiça 3, em Santarém, que permitiria resolver o problema da falta de espaço nas instalações do referido tribunal de competência especializada?*
4. *Que outras necessidades relativas a espaços foram sinalizadas por outros Tribunais no último ano e que resposta foi dada a cada um desses casos?*

CAOS NA URGÊNCIA DOS HOSPITAIS DE SETÚBAL

A distrital do PSD de Setúbal alerta para a falta de capacidade de resposta e caos na urgência dos hospitais de Setúbal, face ao agravamento da pandemia de covid-19 e ao desinvestimento do Governo no Serviço Nacional de Saúde (SNS).

“A distrital de Setúbal do PSD tem alertado desde sempre para a necessidade de ampliação dos hospitais, nomeadamente dos seus serviços de urgência, para impedir que se acumulem macas nos corredores ou até mesmo utentes deitados no chão, como aconteceu na passada semana no Centro Hospitalar de Setúbal”, refere, em nota de imprensa, o presidente da Comissão Política Distrital do PSD, Paulo Ribeiro.

“À incapacidade de antecipar e planear de modo conveniente a época gripal juntam-se as medidas avulsas de gestão da pandemia”, acrescenta o dirigente social-democrata, salientando que “a evolução crescente do número de casos de covid-19 no país e, em particular, no distrito de Setúbal, tem conduzido a uma rutura nos serviços hospitalares”.

Para a Comissão Política Distrital do PSD de Setúbal, a atual situação nos hospitais da região de Setúbal “é resultado do desinvestimento do Governo socialista no SNS, que tem prejudicado ainda mais os cidadãos mais pobres e que não conseguem recorrer aos sistemas privados de saúde”.

O Hospital Garcia de Orta (HGO), em Almada, anunciou a semana passada a abertura de mais quatro camas de cuidados intensivos e aumentou a capacidade de resposta nesta área para um total de 28 camas, 19 para doentes com covid-19.

O Hospital de São Bernardo, em Setúbal, também está a atravessar uma situação particularmente difícil devido ao agravamento da pandemia, de acordo com o relato de profissionais de saúde e da grande maioria dos utentes. A capacidade de internamento inicial naquela unidade de saúde, que previa um máximo de 60 doentes infetados com covid-19, já foi largamente ultrapassada. Alguns doentes infetados com o vírus da covid-19 tiveram de ser transferidos para outras unidades de saúde, devido à falta de capacidade de resposta do Hospital de São Bernardo.

Alguns utentes reclamam, nas redes sociais, pela falta de espaço e de meios adequados, bem como pela demora no atendimento no serviço de urgência, situação que se agravou de forma significativa com a pandemia de covid-19.



ENCERRAMENTO DA REFINARIA DA GALP EM MATOSINHOS PSD QUER OUVIR COM URGÊNCIA DOIS MINISTROS DO GOVERNO



O grupo parlamentar do PSD entregou um requerimento para que a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e o ministro da Economia e da Transição Digital possam ser ouvidos na Comissão de Trabalho e Segurança Social e na Comissão de Economia, a propósito da intenção da GALP de encerrar a atividade da refinaria de Matosinhos.

Os deputados social-democratas consideram que “esta decisão tem implicações várias imediatas, incluindo o fim da produção de determinados produtos que não será possível replicar em Sines, e nomeadamente efeitos muito nefastos ao nível da economia local e do emprego direto e indireto de 1500 trabalhadores”.

Deste modo, assinalam os deputados, “no sentido de esclarecer o envolvimento do Estado nesta decisão, não isenta de consequências negativas para o emprego e para a economia local, de uma região particularmente afetada já com a pandemia, é urgente ouvir os membros do Governo com a tutela do trabalho e da economia”.

PSD INSISTE NA CONSTRUÇÃO DA VIA DO AVE

Os deputados do PSD eleitos por Braga querem que o Governo concretize a ligação rodoviária da denominada Via do Ave, que iria ligar Guimarães a Vieira do Minho, passando pela Póvoa de Lanhoso, a partir do AvePark.

Numa pergunta ao ministro das Infraestruturas e Habitação, dia 7, os deputados consideram que esta via permitiria que “a região mais a Norte do distrito de Braga e as suas empresas, bem como a rica oferta turística, nomeadamente o Gerês ficassem, também, mais perto do acesso à autoestrada”.

O PSD lembra que o concelho de Póvoa de Lanhoso sofreu transformações muito importantes nos últimos anos. Para a concretização desta evolução positiva, foram decisivos os vários quadros comunitários de apoio que permitiram realizar um conjunto de investimentos nas infraestruturas escolares, no alargamento da rede de água e de saneamento, a requalificação do espaço público bem como a construção de equipamentos desportivos e culturais por todo o concelho.

No ano de 2019, a Póvoa de Lanhoso contrariou a tendência de mais de uma década e viu aumentada a sua população residente. Até ao início da pandemia, o concelho assistiu a um crescimento económico sustentado através do reforço do tecido industrial e do aumento de negócios do setor do comércio e dos serviços.

No entanto, apesar de ser um concelho de baixa densidade, este território dava sinais muito positivos no seu desenvolvimento, gerando emprego, fixando jovens e atraindo novos residentes.

“Sem embargo a autarquia e os empresários identificaram uma lacuna impeditiva de um desenvolvimento mais acelerado – a inexistência de um eixo rodoviário que ligasse mais facilmente as empresas ao conhecimento (Pólo do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, no AvePark e Universidade do Minho, em Guimarães), à autoestrada para mais rápido escoamento dos seus produtos e a ligação aos parques industriais existentes no concelho, nomeadamente os que se já se situam na ligação do concelho de Póvoa de Lanhoso ao AvePark”, explicam os social-democratas.

O PSD sublinha que este projeto é de cariz “supramunicipal e estruturante para os referidos territórios, sendo que os municípios não o podem fazer sem o apoio claro de fundos nacionais ou europeus, em sede do debate do Orçamento do Estado para 2021”.

Até ao momento, o ministro das Infraestruturas e Habitação não deu qualquer resposta.

O PSD pergunta:

Podem os autarcas daqueles territórios contar com o compromisso do Governo no sentido de através do recurso às verbas comunitárias, que irão ficar à disposição de Portugal, e/ou através do Programa de Recuperação e Resiliência que o eixo rodoviário Guimarães - Póvoa de Lanhoso - Vieira do Minho supra identificada, será concretizado?



DEPUTADOS DO PSD POR SANTARÉM QUEREM O REGRESSO DAS CONSULTAS DE VERIFICAÇÃO DE INCAPACIDADES DA SEGURANÇA SOCIAL



Os deputados do PSD eleitos por Santarém pedem a “reversão imediata” da decisão de cancelamento das consultas de verificação de incapacidades permanentes em 14 concelhos do distrito de Santarém.

Numa pergunta à ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, os deputados Duarte Marques, Isaura Morais e João Moura discordam da medida, que consideram contrária à descentralização e por “ferir de morte a narrativa do Governo sobre o combate à desertificação do interior”. “Mais esta ação nos surpreende quando o discurso oficial do Governo liderado por António Costa é precisamente o oposto, a narrativa oficial é da reabertura de serviços no interior, como foram exemplo a reabertura, apesar de parcial, dos tribunais, é tornar as instituições públicas mais próximas das populações e combater o êxodo rural. Surpreende-nos, por isso, esta iniciativa da Segurança Social que parece confirmar que a estratégia do Governo de proteger o interior não passa de uma narrativa de comunicação e que o Programa Nacional para a Coesão Territorial jamais sairá do papel”, sublinham.

Para os parlamentares do PSD, esta medida de “centralização” constitui “uma decisão errada e que a bem das pessoas mais fragilizadas deveria ser de imediato revertida”.

“Se objetivo que justifica esta opção é o de racionalizar recursos e através disso reduzir os tempos de espera das populações para usufruírem dos apoios que dependem do reconhecimento de incapacidades, importa então fundamentar a opção com dados reais e revelar os estudos que sustentaram esta opção”, referem os deputados.

No distrito de Santarém, a peritagem médica era até aqui feita de forma muito descentralizada num conjunto alargado de 14 concelhos do distrito em instalações da Segurança Social ou cedidas por outras instituições. Este modelo descentralizado tem garantido um serviço de enorme proximidade aos cidadãos mais debilitados, facilitando profundamente o seu acesso a estas consultas que são determinantes para a obtenção de apoios.

Os deputados alegam que o “distrito de Santarém não possui um sistema de transportes públicos como Lisboa ou Porto, através do qual qualquer cidadão se pode deslocar entre os vários concelhos da região e aceder à capital de distrito, Santarém”.

O Serviço de Verificação de Incapacidade Permanente “é uma peritagem médica de avaliação de incapacidade permanente para o trabalho, deficiência ou dependência, para verificar se a pessoa tem ou não direito a uma dada prestação”. Por esta razão, as pessoas que a ela recorrem terão mais limitações do que o comum dos cidadãos tanto ao nível da sua atividade profissional como da sua mobilidade.

O PSD pergunta:

1. *Tem o Governo conhecimento da situação acima descrita segundo a qual as consultas para verificação de incapacidade permanente deixam de ser feitas em 14 concelhos do distrito de Santarém passando a concentrar-se apenas em duas localidades?*
2. *Tem o Governo algum estudo que revele que esta centralização do processo de consultas médicas para verificação de incapacidades permanentes garantirá uma maior rapidez no processo de reconhecimento de incapacidades?*
3. *Pode o Governo garantir que nenhum cidadão ficará privado de aceder a estas consultas e assim impedido do reconhecimento necessário para a obtenção de abonos ou prestações sociais?*
4. *Está o Governo disponível para realizar um projeto-piloto sobre os benefícios desta centralização para a rapidez das decisões recorrendo a um concelho do distrito?*
5. *Em que parte do Programa Nacional para a Coesão Territorial se enquadram medidas desta natureza? Está o Governo disponível para reverter esta medida?*

COVID-19

MADEIRA COM RECOLHER OBRIGATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA ENTRE AS 19H00 E AS 05H00



O Governo da Madeira aprovou, dia 11, o recolher obrigatório de segunda a sexta-feira entre 19h00 e as 05h00 e a suspensão das aulas presenciais no 3.º ciclo e no secundário entre 13 e 31 de janeiro.

O executivo regional decidiu manter em vigor, também no âmbito das medidas de contenção da pandemia de covid-19, o recolher obrigatório aos fins de semana entre as 18h00 e as 05h00, anunciado na semana passada.

“Até ao dia 31 de janeiro todas as atividades de natureza industrial, comercial e de serviços na Região Autónoma da Madeira manter-se-ão em funcionamento com os devidos condicionamentos, mas terão, imperativamente, de

encerrar às 18h00 durante os dias da semana”, anunciou o presidente do Governo da Madeira, Miguel Albuquerque, numa comunicação à imprensa.

O chefe do executivo regional disse que as novas restrições resultam do aumento do número de casos de covid-19 nos últimos dias, associado à variante do vírus detetada no Reino Unido, que colocou alguns concelhos da região em situação de risco elevado.

Miguel Albuquerque indicou que o recolher obrigatório, bem como o novo horário de encerramento das atividades económicas e a suspensão das aulas presenciais, entre outras medidas de contenção da covid-19 anunciadas hoje, vão estar em vigor entre as 00h00 do dia 13 de janeiro, quarta-feira, e as 23h59 do dia 31 de janeiro.

O governante explicou, após reunião extraordinária do Conselho do Governo, que nos fins de semana e feriados a interdição de circular na via pública é entre as 18h00 e as 05h00, medida já aprovada para os dias 9 e 10 de janeiro e 16 e 17 de janeiro.

Todas as atividades industriais, comerciais e de serviços passam a encerrar às 18h00 durante a semana e às 17h00 nos fins de semana e feriados municipais.

“Até o dia 31 de janeiro e durante os dias da semana apenas será permitido o funcionamento dos restaurantes até às 22h00 exclusivamente para a confeção de refeições para entrega ao domicílio”, indicou, vincando que só os profissionais associados a esta atividade poderão circular depois do recolher obrigatório, com a devida identificação.

O Governo da Madeira decidiu, por outro lado, suspender as aulas presenciais para os alunos do 3.º ciclo e do ensino secundário em todas as escolas da Região Autónoma da Madeira entre quarta-feira e 31 de janeiro.

“Todos os restantes níveis de ensino - creches, jardins de infância, pré-escolar, 1.º ciclo, 2.º ciclo, ensino profissional e especial - mantêm as suas atividades de forma presencial”, disse, indicando que as atividades extraescolares, de forma presencial, ficam também suspensas até 31 de janeiro.

Miguel Albuquerque esclareceu, entretanto, que o novo horário de funcionamento das atividades comerciais não se aplica às farmácias, clínicas e consultórios médicos e veterinários, serviços de oxigénio e gases medicinais ao domicílio e postos de abastecimento de combustível só para abastecimento de veículos.

“Todas as atividades desportivas nos clubes e infraestruturas desportivas em todos os concelhos da região, com a exceção das equipas seniores das modalidades com participação em competições nacionais regulares, ficam suspensas até 31 de janeiro”, referiu.

O governante indicou ainda que todos os estabelecimentos de jogos de fortuna ou azar, casinos, bingo ou similares devem encerrar às 17h00 nos fins de semana de 16 e 17, 23 e 24 e 30 e 31 de janeiro.

“Durante a semana e até 31 de janeiro estes mesmos estabelecimentos encerrarão às 18:00”, precisou.

Miguel Albuquerque referiu ainda que para toda a administração pública é incentivado o teletrabalho sempre que seja “aplicável e justificável” e que será adotado o regime de trabalho em jornada contínua para reduzir os contactos e a circulação de pessoas.

“As medidas agora adotadas têm por objetivo reduzir os fluxos de circulação e concentração de pessoas, garantindo simultaneamente o funcionamento possível das atividades económicas e sociais, evitando os efeitos desfavoráveis, económicos, sociais e psicológicos que um confinamento total, nesta altura, acarretaria”, justificou.

COFACO

PAULO MONIZ CONFRONTA GOVERNO COM INCUMPRIMENTO DA LEI

Paulo Moniz, deputado do PSD/Açores na Assembleia da República, confrontou o Governo por ainda não ter regulamentado o programa de apoio aos ex-trabalhadores da COFACO na ilha do Pico, já que o prazo terminou em 10 de janeiro de 2021, o que constitui um “claro incumprimento da lei”.

Numa pergunta enviada à ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o parlamentar social-democrata lembrou que a Lei 70/2020, que criou o programa especial de apoio social aos ex-trabalhadores da COFACO, determina que “o Governo procede à regulamentação da presente lei no prazo de 60 dias após a sua publicação”.

“Passados dois meses após a publicação do referido diploma, o Governo da República ainda não regulamentou o programa especial de apoio social aos ex-trabalhadores da COFACO, o que constitui um claro incumprimento da lei em causa”, sublinhou.

A lei, de autoria do PSD e publicada em “Diário da República”, em 11 de novembro de 2020, estabelece um regime especial e transitório de facilitação do acesso, majoração de valor e prolongamento da duração de apoios sociais aos ex-trabalhadores da COFACO nos Açores.

“Os ex-trabalhadores da COFACO merecem uma resposta urgente, não só porque é obrigação do Governo cumprir as leis da República, mas sobretudo por estar em causa a proteção dos mais desprotegidos”, disse Paulo Moniz.

Para o parlamentar social-democrata, “é inexplicável que o Governo, passados dois meses, não tenha feito algo tão simples como regulamentar e cumprir uma lei, como é sua obrigação”.

Na pergunta dirigida à ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o deputado do PSD/Açores questionou sobre “quando tenciona o Governo da República proceder à regulamentação da Lei 70/2020”.

Recorde-se que a legislação em causa “visa apoiar os trabalhadores que perderam o emprego após o encerramento da fábrica da COFACO na ilha do Pico, em janeiro de 2018”.

A Lei 70/2020 determina a majoração, em 20%, do valor do subsídio de desemprego, bem como o prolongamento da sua duração, que é duplicada.

O diploma em causa estabelece igualmente a majoração, em 25 por cento, do abono de família, enquanto que o valor do rendimento social de inserção é majorado em 20%.



CONVOCATÓRIAS DO PSD**RECEÇÃO**

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt

**SECÇÕES****ANADIA**

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Anadia para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 25 de janeiro (segunda-feira) de 2021, pelas 20H30, na Sede do Atlético Clube de Famalicão, sita na Praceta Marquês da Graciosa, em Famalicão, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Autárquicas 2021 – Apreciação e definição do perfil do candidato a Presidente da Câmara Municipal de Anadia a partir da proposta da Comissão Política de Secção;

Nota: Se à hora marcada, não estiver presente o número de militantes necessário para preencher o quórum, nos termos dos Estatutos, a Assembleia de Secção realizar-se-á no mesmo local, 30 minutos depois, isto é, às 21H00, com qualquer número de militantes presentes.

A escolha do local para a realização da Assembleia deve-se ao facto, de a nossa Sede não dispor das condições necessárias para respeitar o distanciamento que a DGS recomenda. A Assembleia será realizada de acordo com as normas sanitárias emitidas pela DGS, sendo obrigatório o uso de máscara.

CARTAXO

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, e demais Regulamentos aplicáveis em vigor, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção do PSD do Cartaxo, para reunir no próximo dia 23 de janeiro (sábado) de 2021, pelas 16H00, na sua Sede Concelhia, sita na Rua Serpa Pinto, nº 32 A, 1º Dtº, no Cartaxo, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação Política;
3. Outros assuntos.

Nota: O PSD Cartaxo irá também providenciar a possibilidade dos militantes, que assim entenderem, poderem participar no plenário por videoconferência. O link de acesso ao Plenário será enviado por email aos militantes o requererem.

CHAVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Chaves para reunir no próximo dia 22 de janeiro (sexta-feira), de 2021 pelas 20.00 horas, no Auditório do Centro Cultural de Chaves, sita no Largo da Estação, em Chaves, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Tomada de Posse dos Órgãos da Secção: Mesa da Assembleia e Comissão Política;
2. Discussão e aprovação do relatório de contas 2020;
3. Autárquicas 2021;
4. Outros Assuntos.

Nota: Esta convocatória surge no seguimento das orientações internas emanadas pelos órgãos nacionais do Partido no que respeita à clarificação do calendário das "Eleições Autárquicas 2021";

Devido ao surto epidémico do SARS-Cov2 e da COVID-19 e com o intuito de cumprir com as normas de distanciamento social e garantir a segurança dos presentes, excepcionalmente, a Assembleia de Secção não se realizará na sede local do Partido; Obrigatório uso de máscara.

ELVAS

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se os militantes da Secção de Elvas do PSD para uma Assembleia da Secção a realizar no dia 6 de fevereiro (sábado) de 2021, entre as 15H30 e as 17h30, na Sede do Centro Cultural da União das Juntas de Freguesias de Barbacena e Vila Fernando em Barbacena com a seguinte:

ORDEM E RABALHOS

1. Análise da situação Política Local;
2. Preparação das Autárquicas 2021;
3. Análise da situação Política Nacional;
4. Outros assuntos.

Nota: Usar máscara antes e durante a reunião, manter o distanciamento de segurança e obedecer às recomendações da Direção Geral de Saúde.

MATOSINHOS

Convoca-se a Assembleia da Secção do PSD de Matosinhos para reunir dia 28 de janeiro (quinta-feira) de 2021 pelas 21H00.com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Discussão e votação do orçamento e contas anuais da Secção de Matosinhos, nos termos da alínea d) do número 2 do artº 53º dos Estatutos Nacionais do PSD;
3. Dar parecer sobre as Candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais, nos termos da alínea f) do número 2 do artº 53º dos Estatutos Nacionais do PSD.
4. Análise da situação política.

Atendendo às restrições, nomeadamente de distanciamento entre pessoas, impostas pela pandemia, a participação dos militantes na Reunião da Assembleia de Secção poderá ser efetuada por duas vias:

- a) Através de videoconferência, para a qual a Mesa fará chegar, por via de mail, aos militantes do PSD de Matosinhos, até ao dia 26 de janeiro, o código de ligação à videoconferência;
- b) Presencialmente, no Auditório da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, sita à Rua Augusto Gomes 313, em Matosinhos.

Os militantes que pretendam participar presencialmente na reunião terão obrigatoriamente, de comunicar tal vontade, para o endereço de correio eletrónico geral@psdmatosinhos.pt ou por comunicação escrita dirigida à Sede do PSD de Matosinhos, Rua Mouzinho, 98, Matosinhos, até às 24H00 do dia 25 de janeiro.

Não será autorizada a entrada na sala e, portanto, a participação presencial a quem não tenha procedido à comunicação nos termos do parágrafo anterior, sendo o número de lugares disponíveis reduzido atendendo às obrigações de distanciamento.

Nota: Se há hora marcada para o início da Reunião da Assembleia de Secção não estiverem presentes no somatório das participações por videoconferência e presenciais, o número de militantes necessário para o preenchimento do quórum exigido, a reunião iniciar-se-á, 30 minutos depois, às 21H30, com o número de participantes que exista.

PALMELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PPD/PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Palmela, para reunir, no dia 20 de janeiro (quarta-feira) de 2021, pelas 21H00, por videoconferência (cuja ligação de acesso será remetida antecipadamente por correio eletrónico), com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. informações;
2. Análise da situação política;
3. Autárquicas 2021 – Perfil do candidato a Presidente da Câmara Municipal de Palmela;
4. Outros assuntos.

PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes do PSD Paredes, a reunir no próximo dia 22 de janeiro (sexta-feira) de 2021, pelas 20H00, no Salão Paroquial de Sabrosa, sita na Avenida Padre Manuel Pinto Abreu, nº 396, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Aprovação do perfil do candidato à Câmara Municipal

de Paredes pelo PSD;

2. Análise da situação Política.

Nota: Se à hora prevista não se verificar quórum, a Assembleia funcionará meia hora mais tarde, com qualquer número de militantes, no mesmo local e com a mesma ordem de trabalhos.

PENICHE**ALTERAÇÃO DE HORAS/ Publicada no Povo Livre de 6 de Janeiro de 2021**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, e do Regulamento Eleitoral convoca-se a todos os militantes do Concelho de Peniche para reunir em sessão ordinária no próximo dia 6 de fevereiro (sábado) de 2021, pelas 9H00 na Sede Concelhia, sita na Rua Alexandre Herculano, nº 20, em Peniche, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos Concelhios do PSD de Peniche.

1. Mesa da Assembleia de Secção;
2. Comissão Política de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas das 9H00 às 13H00.

As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua Alexandre Herculano, nº 20, em Peniche, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (quarta-feira dia 3 de fevereiro de 2021). A sede concelhia encontrar-se-á aberta para o efeito entre as 21H00 e as 24H00.

PONTE DA BARCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Ponte da Barca, para reunir no próximo dia 29 de janeiro (sexta-feira) de 2021, às 20H30, no Pólo de Ponte da Barca da EPRALIMA, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Discussão e votação do Relatório de Contas de 2020;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos.

Nota: Os trabalhos terão início à hora prevista por forma a cumprir com o recolhimento obrigatório.

Atendendo às regras da Direção Geral de Saúde, a capacidade do Auditório será limitada ao número legal permitido, assim como será obrigatório o cumprimento do plano de contingência aplicável para o efeito e de todas as regras da DGS.

CANCELAMENTO**SESIMBRA**

Eu Maria Bertília Guerreiro Carvalho Pinhal, Presidente da Mesa da Assembleia de Secção do PSD de Sesimbra, venho por este meio solicitar que seja anulada a Assembleia de Secção marcada para o próximo dia 9 de janeiro de 2021, após publicação do Decreto nº 2-A/2021 – Diário da República nº 4/2021 – 2º Suplemento Serie I de 2021-01-07, relativa à proibição de transitar entre Concelhos no período entre as 23H00 do dia 8 de janeiro de 2021 e as 05H00 de dia 11 de janeiro de 2021, com recolher obrigatório a partir das 13H00.

Oportunamente enviamos nova convocatória.

SÃO JOÃO DA PESQUEIRA**CANCELAMENTO**

Devido ao agravamento da pandemia e às medidas de confinamento que se prevê serem decididas pelas autoridades nacionais, somos a solicitar a desconvocação do plenário de militantes para 15 de janeiro de 2021 da Secção do PSD de S. João da Pesqueira, publicada no Povo Livre de 6 de janeiro de 2021.

VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se o Plenário da Assembleia da Secção de Valongo para o dia 21 de janeiro (quinta-feira) de 2021, pelas 21H00, a ter lugar no Auditório da Junta de Freguesia de Ermesinde, sita Rua D. António Ferreira Gomes 365, Ermesinde. Os militantes que o desejem poderão participar no plenário, remotamente, através da plataforma ZOOM, cujo código de acesso será disponibilizado na página do Facebook do PSD/Valongo com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Emissão de parecer sobre a proposta de perfil dos candidatos aos Órgãos Autárquicos;
3. Informações.

Nota: Se às 21H00, não houver o número suficiente de militantes na sala, a reunião iniciar-se-á às 21H30, com o número de militantes presentes.

VILA REAL

RETIFICAÇÃO DA ORDEM DE TRABALHOS, Publicada no Povo Livre de 6 de Janeiro de 2021

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Real, no dia 22 de Janeiro (sexta-feira) de 2021, pelas 21H00, na Sede do PSD, Sita na Rua da Boavista, nº 11, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação, discussão e votação do relatório e contas de 2020;
2. Apresentação, discussão e votação do plano e orçamento para 2021;
3. Autárquicas 2021 – Perfil do candidato a Presidente da Câmara Municipal de Vila Real;
4. Análise da situação política;
5. Outros assuntos.

Nota: A Assembleia decorrerá de acordo com as recomendações das autoridades de saúde e será obrigatório a utilização de máscara.

VISEU

RETIFICAÇÃO DA ORDEM DE TRABALHOS, Publicada no Povo Livre de 6 de Janeiro de 2021

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Viseu para reunir, no dia 25 de janeiro (segunda-feira) de 2021, pelas 21H00, por Videoconferência, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Aprovar as contas de 2020;
3. Aprovar o orçamento para 2021;
4. Outros assuntos;
5. Dar parecer sobre as candidaturas aos Órgãos das Autárquicas – definição do perfil de candidato.

Nota: Indicações de acesso: A Assembleia será realizada por videoconferência, com recurso à plataforma ZOOM. Os militantes deverão aceder a partir de um computador ou smartphone ligado à internet, com os recursos de áudio e de imagem habitualmente necessários para este tipo de sessões. Sugere-se ainda a utilização de auscultadores para que o som não produza perturbações de "feedback". Para garantir a adesão atempada de todos os militantes, a reunião estará ativa a partir das 20H30 do dia 25 de janeiro, permitindo estabelecer ligação atempada e verificar as necessárias condições técnicas.

Tópico: Assembleia de Secção de Viseu-PSD

Hora: 25 de janeiro de 2021 20:30 PM VISEU

Entrar na reunião ZOOM:

Join Zoom Meeting

<https://us05web.zoom.us/j/87151137855?pwd=UDBMRXU2YXJZUVE3NlIvalM5UW41UT09>

Meeting ID: 871 5113 7855

Passcode: 9bsc58

CONVOCATÓRIAS DA JSD

RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00

email: jdsnacional@gmail.com



CONSELHO DISTRITAL DE VIANA DO CASTELO

Na qualidade de Presidente do Conselho Distrital da Juventude Social Democrata do Alto Minho, venho pelo presente solicitar a V. Exas. a publicação em Povo Livre da Convocatória de conselho distrital, para o próximo dia 29 de Janeiro de 2021, pelas 21h30, a realizar através da plataforma Zoom, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política local e nacional;
- 2 – Plano de Actividades 2021;
- 3 – Outros assuntos.

MOURÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento do Congresso Distrital da JSD Distrital de Évora, convoco o Plenário concelhio da JSD de Mourão para reunir no próximo dia 13 de Fevereiro de 2021, sábado, pelas 10 h30m, no Monte do Colmeal, Código-Postal 7240-257, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um: Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa do Plenário Concelhio da JSD de Mourão.

Nota:

As urnas estarão abertas das 10h30m às 12h30m;

As listas candidatas deverão ser entregues, ao Presidente da Mesa do Congresso Nacional, ou a quem o substitua legalmente, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (10 de Fevereiro de 2021 - quarta-feira), devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e o termo de subscrição da lista.



CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL

Deliberação I/Janeiro/2021

I. Do pedido

No passado dia 9 de novembro de 2020 este Conselho de Jurisdição Nacional (CJN) recebeu da presidente da Comissão Política Concelhia do PSD/Sintra, companheira Ana Sofia Bettencourt, um pedido com caráter de urgência sobre a validade de uma convocatória para um plenário “online” da referida secção, agendado para dia 11 desse mês de novembro.

Na altura, e por uma questão de urgência do pedido, foi apenas dada resposta a uma parte do pedido, dando agora este CJN resposta à dúvida que subsistiu:

“Em caso de não ser possível o caráter deliberativo dos Plenários on-line, como se deverá proceder, tendo em conta o enquadramento legal originado pelo Estado de Pandemia, para agendar um plenário com eficácia deliberativa nos seguintes casos:

4.1 - Deliberação que não careça de voto por escrutínio secreto

4.2 - Deliberação que careça de voto por escrutínio secreto”

II. Da deliberação

O CJN entende que podem ser convocadas Assembleias de Secção em formato online. Porém, entende também que estas podem apenas funcionar enquanto plenários de informação, auscultação, opinião e debate. Ou seja, a vertente deliberativa está prejudicada.

Nem outro poderia ser o entendimento do CJN, porquanto é consabido que as assembleias de nível concelhio e de núcleo incluem muitos militantes que não têm acesso à internet ou não são utilizadores das ferramentas digitais. Entendimento diferente poderia levar a que muitos companheiros ficassem arredados de participar nas deliberações.

Para que essas deliberações se realizem, devem as Mesas das Assembleias de Secção convocar plenários com características mistas (com assistência presencial e assistência online) respeitando-se as leis e recomendações em vigor neste período pandémico que vivemos.

No caso de deliberações que não carecem de voto secreto, os militantes que compõem a assistência presencial, votarão de braço no ar, como habitual; os militantes que compõem a assistência online usarão o modelo a definir pela Mesa, que permita que a intenção de voto de cada participante seja conhecida por toda a assistência (nomeadamente: voto nominal falado, mensagem por “chat” público, mão visível no ecrã).

No caso de deliberações que carecem de voto secreto, as Mesas podem optar por uma de duas situações:

- a) prever na ordem dos trabalhos um período de interrupção dos mesmos para que os militantes que assistem online se possam deslocar ao local onde a Assembleia se realiza presencialmente, aí exercendo o direito de voto;
- b) prever na convocatória que a discussão se realiza num dia, em modelo necessariamente misto (presencial e online), e a deliberação secreta noutra.

Notifique-se:

- a Peticionante, Ana Sofia Bettencourt

- o Secretário-Geral, para:

- a) conhecimento
- b) envio para as estruturas do Partido (nomeadamente Comissões Políticas e Mesas)
- c) publicação no Povo Livre

Pelo Conselho de Jurisdição Nacional

A handwritten signature in blue ink that reads "Paulo Colaço". The signature is fluid and cursive, with a small circle at the end of the last word.

Paulo Colaço
Presidente

12 de janeiro de 2021